

POSIÇÕES DE SUJEITO DA PREFEITURA DE SALVADOR NO FACEBOOK

Fernando Novaes Franco (UNEB)
fnandonovaes@hotmail.com

RESUMO

Buscou-se neste artigo identificar, a partir da análise do discurso de linha francesa pecheutiana, as posições de sujeito assumidas pela Prefeitura de Salvador no discurso a respeito da cidade de Salvador no Facebook. Conclui-se que as posições de sujeito assumidas pelo enunciador correspondem à uma formação discursiva que se relaciona com uma discursividade que toma a cidade de Salvador de modo paradoxal, reconhecendo um uso informal (local) da linguagem, mas valorizando a forma normativa de uso da língua portuguesa.

Palavras-chave: Análise do discurso. Sujeito. Formação discursiva. Salvador.

1. Introdução

As novas tecnologias da informação e comunicação – fomentaram o surgimento de formas híbridas de linguagem, oriundas da convergência entre o texto, a imagem (parada e em movimento) e o som; linguagens estas que estavam antes separadas. Desse processo de mutação tecnológica e hibridização das linguagens nascem as hipermídias, que são mídias típicas do ambiente digital das redes telemáticas, capazes de combinar, em um só produto de comunicação e/ou informação, áudio, texto e imagem.

Durante muito tempo as formas de linguagem humana (som, imagem e texto) estavam presas a seus suportes físicos, fato que, de certa forma, justificava sua separação em função da própria especificidade de cada um desses suportes. Foi a linguagem da computação, funcionando como espécie de plataforma para a conversão de todas as outras linguagens em *bits* e também como metalinguagem para outras linguagens, que possibilitou essa hibridização das linguagens e mídias.

A respeito do texto, no sentido estrito da palavra, Lucia Santaella qualifica o livro como o “seu mais leal veiculador” (SANTAELLA, 2007, p. 287) por muito tempo, chamando a atenção para o fato de que, até antes do surgimento do computador e da microinformática, as linguagens estavam necessariamente confinadas e caracterizadas por seus respectivos suportes, como apontamos mais acima.

A linguagem computacional põe fim, portanto, às barreiras clássicas que separavam aquelas linguagens, reunindo-as em um ambiente comum, em que se torna possível sua combinação e recombinação de formas sempre novas. A própria noção de texto é ressignificada, na medida em que o texto perde sua linearidade ao tornar-se hipertexto - o qual é caracterizado por um “sistema alinear, reticular de conexões (*links*) entre unidades de informações (nós)” (SANTAELLA, 2007, p. 294). Isto tudo acontece porque

a linguagem digital realiza a proeza de transcodificar quaisquer códigos, linguagens e sinais, sejam estes textos imagens de todos os tipos, gráficos, sons e ruídos, processando-os computacionalmente e devolvendo-os aos nossos sentidos na sua forma original, o som como som, a escrita como escrita, a imagem como imagem. (SANTAELLA, 2007, p. 293)

Observa-se, contudo, que este novo ambiente para o surgimento de novas discursividades e textualidades não muda o fato de que estes produtos de comunicação têm como ponto de origem as relações sociais instituídas historicamente, seja em ambiente real ou virtual (embora essa distinção entre real e virtual se torne cada vez menos relevante, dada a convergência entre a vida *online* e *off line*). A própria evolução tecnológica, aliás, é fruto da maturação de um processo de transformação social já há muito em estado de fermentação.

Assim é que, instaurando um “novo” *ethos* midiático, baseado nos valores da sociedade de consumo, pode-se compreender o ambiente das redes telemáticas como lugar privilegiado para a vivência da cultura da exibição e da exposição, em perfeita consonância com a visibilidade fundada pelas relações de mercado. Aparecer é, inclusive, um princípio fundamental da sociedade moderna, na medida em que “o que aparece é bom, e o que é bom aparece”. (SODRÉ, 2002, p. 70)

O ambiente virtual, ao transformar o texto em hipertexto, acaba por colocar em evidência algo que a análise do discurso já vinha discutindo, a saber, o caráter heterogêneo do texto. Assim, os textos, que na acepção da análise do discurso de linha francesa, podem ser quaisquer materialidades que produzam sentido para sujeitos historicamente interpelados pela ideologia, são tomados como uma unidade formada a partir da congregação de vozes ou fragmentos dispersos, o que, por sua vez, leva-nos a perceber o texto como ponto de contato com outras discursividades que o sustentam e às quais ele também dá acesso.

Desse modo, as práticas em torno da comunicação organizacional (nosso objeto de interesse aqui), no ambiente virtual ou real, também se

inscrevem nesse processo histórico que possibilita a enunciação, fazendo com que os indivíduos, situados em posições-sujeito, filiem-se à determinadas formações discursivas que refletirão, por sua vez, as formações ideológicas que os dominam, as quais deixarão rastros no próprio produto acabado da atividade enunciativa.

Buscamos neste texto compreender, a partir de um exercício de análise, os modos como se configuram as posições-sujeito ou posições enunciativas do sujeito ora denominado Prefeitura de Salvador, na mídia social Facebook, ao produzir um enunciado (post) sobre a cidade de Salvador, na tentativa de identificar que formações ideológicas também dão base a estes posicionamentos.

Em breves linhas, é necessário dizer que a comunicação organizacional é uma atividade que busca posicionar as organizações em geral perante seus públicos, com vistas a, dentre outras coisas, estreitar relacionamentos com esses públicos, os quais são considerados a partir do grau de influência e importância que tem sobre as atividades desenvolvidas por essas organizações.

A Prefeitura de Salvador também é uma organização como qualquer outra, com a especificidade de ser uma organização pública, no sentido de estar comprometida com os interesses da sociedade, nesse caso, a população soteropolitana; fato que torna o estabelecimento de relacionamentos com todos os segmentos da sociedade um imperativo irrenunciável, uma vez que as atividades do Estado devem seguir obrigatoriamente o princípio da publicidade (em sentido amplo, tornar-se do domínio do público), como prevê a Constituição Federal.

Neste contexto, destaca-se a comunicação pública como uma filosofia que deve orientar as ações de comunicação dos entes públicos sob o paradigma do interesse público, a fim de se evitar que esta comunicação se confunda com a comunicação realizada pelos agentes privados (geralmente orientada pela relação de consumo). A comunicação pública concebe os indivíduos como cidadãos e é esta visão que configurará as mensagens e formas de abordagem, bem como os objetivos da comunicação feita para/entre sociedade e o Estado.

Contudo, a comunicação pública ainda é muito mal compreendida, confundindo-se constantemente, no que tange ao poder público, com interesses setoriais ou de governo, em que impera a promoção de interesses de grupos políticos temporariamente no poder, deixando em segundo plano os princípios que regem o Estado; isto, dentre outras coisas, pela

falta de distinção entre Estado e governo, no caso do Brasil.

Compreendemos que a análise de discurso pode contribuir de forma crítica para a melhoria da qualidade das mensagens produzidas por estes atores sociais em interlocução com a sociedade, colocando em questão a relevância e adequação dos modos pelos quais a Prefeitura de Salvador se posiciona frente aos cidadãos, diagnosticando os possíveis desvios relacionados ao desvirtuamento da comunicação pública.

Contudo, como postula a análise do discurso pecheutiana, os sujeitos não exercem controle sobre os sentidos gerados pelos produtos da enunciação, uma vez que a linguagem é um fenômeno social e, comprometida com a ideologia, gera, necessariamente, resultados não previstos pelo indivíduo empírico, ou seja, resultados que podem ser traduzidos, por exemplo, pelo “mal-entendido”, “ruído na comunicação” etc., problematizando a noção de intencionalidade do enunciador.

2. Análise do discurso de linha francesa: algumas considerações

Há, na atualidade, um conjunto de trabalhos e interesses de pesquisa bastante heterogêneos aos quais têm-se dado a denominação genérica de análise do discurso, pelo que se faz necessário realizar alguns esclarecimentos a fim de melhor situar a perspectiva teórica adotada neste trabalho.

Inicialmente, é preciso dizer que nossa proposta de análise se filia à tradição francesa da análise do discurso, na qual se destacam as contribuições feitas por Michel Pêcheux. Nela, os estudos dos efeitos de sentido produzidos nos discursos são realizados a partir da tríplice contribuição da linguística, da psicanálise e do materialismo histórico.

Os textos, numa acepção ampla, são a forma materializada dos discursos e o objeto sobre o qual se debruça o analista em seu trabalho investigativo. É a partir de um *corpus* previamente selecionado que o analista do discurso poderá encontrar "as pistas ou marcas deixadas pelos processos sociais de produção de sentidos" (PINTO, 1999, p. 22), e é nesta materialidade, que se efetiva no uso da língua, por exemplo, que se pode perceber a contribuição da linguística, sem, contudo, haver uma redução da análise à dimensão unicamente linguística do objeto.

Por outro lado, a dimensão linguística da materialidade textual não deixa de representar um dos elementos fundamentais para a análise

do discurso, na medida em que a utilização de um léxico dado, em um processo específico de enunciação, corresponde à produção de efeitos de sentido também correlatos a esse uso, em ligação direta aos contextos sociais de circulação desses produtos culturais. Numa acepção ampliada de gramática, Eliseo Verón observa que

uma gramática de produção ou de reconhecimento tem a forma de um conjunto complexo de regras, que descrevem operações[...]Tais operações são aquelas que permitem definir ora as condições de produção, ora os resultados (numa outra produção discursiva) de uma determinada leitura. Uma gramática é sempre, em outras palavras, o modelo de um processo de produção discursiva (VERÓN, 2004, p. 51)

Pode-se ainda perceber a respeito do uso da língua e das convenções em torno dos sentidos compartilhados dentro de uma formação discursiva dada, como assinala Eni Puccinelli Orlandi (2011), “a não acidentalidade e o aspecto teleológico [que] derivam da relação estabelecida, no quadro teórico de Michel Pêcheux, entre formação discursiva e formação ideológica”. Assim, a materialidade linguística não representa um detalhe de valor menor para o analista dos discursos, mas um dos elementos constitutivos dos sentidos.

Vemos, portanto, a correspondência de uma certa “coleção de palavras” a um processo de produção discursiva, determinando os efeitos de sentido possíveis atribuídos a materialidade textual. Assim é que, para além de uma concepção de transparência da linguagem, os sentidos atribuídos às palavras funcionam de modo subordinado às condições de produção a que estão submetidas, bem como às formações discursivas que as colocam em cena. A presença de uma palavra e a ausência de outras, podemos concluir, são decisivas para determinados efeitos de sentido e não outros.

Seguindo a proposta de construção teórica de uma “teoria da subjetividade não subjetiva”, a análise do discurso peuchetiana não visa a identificação de um sujeito real, enunciador empírico ao qual se possa atribuir a autoria dos textos circulantes em um dado momento histórico, uma vez que concebe os discursos como produtos de condições históricas dadas, as quais se relacionam com o estado das relações de poder e de dominação dentro da sociedade de uma época específica.

Assim é que o sujeito (empírico) é concebido como não origem do seu discurso, embora participe do processo discursivo ao materializá-lo - quando interpelado pelo ideológico, adotando uma posição ou posições. É na interpelação operada pelo ideológico, então, que os indivíduos pas-

sam pelo processo de assujeitamento, no qual, inconscientemente, quase sempre, têm a impressão de serem o enunciador primeiro do discurso, como veremos na próxima seção.

Completando este quadro geral, temos o conceito de condições de produção, o qual funciona, dentre outras coisas, como demarcador do contexto situacional amplo em que se originam os discursos, explicitando o fato de que estes últimos se sustentam e dão sustentação às estruturas sociais com as quais se relacionam. Desse modo, é possível afirmar que nenhum discurso surge do nada, mas estabelece íntima dependência com as condições de seu nascimento. Eni Puccinelli Orlandi descreve as condições de produção em dois níveis, “em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico”. (ORLANDI, 2000, p. 30)

São as práticas institucionalizadas em um dado momento histórico que irão permitir o surgimento dos discursos e esses mesmos discursos estarão na base das transformações dessas mesmas instituições, num processo constante de significação, a qual não é fruto da ação do indivíduo, mas surge das relações estabelecidas no interior de uma coletividade. Portanto, é no interior de quadros institucionais que os sentidos são produzidos e circulam na sociedade, daí a impossibilidade de ruptura com as convenções numa atitude individual, embora esta situação de impotência do indivíduo não seja absoluta.

Evocando a sociologia, Eni Puccinelli Orlandi observa que “a submissão à convenção não tem caráter livre. Se exige muito seriamente do indivíduo, como obrigação ou modelo. A convenção é costume estamental e a punição tem consequências eficazes e sensíveis (mais do que as jurídicas) pela ação dos membros do próprio estamento” (ORLANDI, 2011, p. 105). Portanto, os sujeitos devem se submeter à convenção (a seu modo - aí reside a liberdade), sendo alvo das sanções do grupo.

Realizando um deslocamento desse conceito sociológico de convenção para a análise do discurso, percebe-se como é evidente a força externa sobre os sujeitos, os quais são submetidos à uma formação discursiva dada e às pressões contextuais que os encaminham para posicionamentos prescritos por elas, fato que evidencia a falta de liberdade que experimentam os indivíduos dentro dos quadros institucionais nos quais transitam. Esta ausência de liberdade, no entanto, se apaga pela dissimulação operada pelos esquecimentos que determinam os sujeitos, esqueci-

mentos estes que são a base necessária para a discursividade.

Pelo que viemos expondo até aqui, é evidente que a atuação dos sujeitos é relativizada e colocada em xeque em relação aos processos discursivos, visto que não é o sujeito a origem do dizer, mas o exterior que se impõe sobre ele, o qual também é responsável pelas leituras possíveis, produzindo um “efeito-leitor como constitutivo da subjetividade”. (ORLANDI, 2011, p. 109)

3. A função sujeito na análise do discurso

Na perspectiva da análise do discurso pecheutiana, a noção de sujeito é tomada como uma função do discurso, através da qual os indivíduos, interpelados pela ideologia e filiando-se a uma formação discursiva dada, se constituem enquanto sujeitos do discurso. Este sujeito do discurso não tem nada a ver com o indivíduo empírico, mas corresponde aos lugares/imagens produzidos no interior de uma formação discursiva, a qual, por sua vez, se liga à ideologia, que “fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc. (PECHEUX, 1995, p. 160)

Tem-se, desse modo, de um lado (utilizando a terminologia de Eliseo Véron) uma gramática a partir da qual se produzem os discursos e, do outro, outra gramática correspondente, responsável pelas leituras possíveis desse discurso. Em outras palavras, os discursos são sempre o resultado ou um diálogo com outros discursos e, sua leitura, um gesto de interpretação, a partir de uma gramática discursiva, vinculada a formações discursivas, que são responsáveis por um efeito-leitor. O lugar dos sujeitos nesse processo seria o de, mais ou menos, ator – alguém que atua a partir de um *script* previamente prescrito, restando-lhe a liberdade da atuação, mas, podemos dizer, até sua atuação é socialmente avaliada em função dos estereótipos cristalizados.

Ora, os sentidos não residem nas palavras, mas dependem das posições ideológicas assumidas pelos sujeitos ao se constituírem enquanto sujeitos do discurso, ou seja, no momento em que materializam seu discurso, interpelados pela ideologia. Desse modo, compreende-se que a língua não pode ser considerada jamais transparente, pelo menos, não ao ser colocada em movimento, a partir da produção dos discursos. Assim é que

as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as po-

sições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às *formações ideológicas* (no sentido definido mais acima) nas quais essas posições se inscrevem (PECHEUX, 1995, p. 160)

São estas formações discursivas que determinam *o que pode e deve ser dito* (PECHEUX, 1995, p. 160), como que instituindo as posições dentro de um jogo, em que se visualiza a existência de relações de poder na sociedade, a partir da coexistência de formações ideológicas que, ao se chocarem, podem se materializar no discurso. Michel Pêcheux dá pistas de uma relação desses discursos com a noção de gêneros discursivos, os quais, por sua vez, se filiam às práticas e classes sociais (nas quais se organizam a sociedade) a que correspondem: “arenga, sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.”. (PECHEUX, 1995, p. 160)

É a partir do esquecimento de sua condição, enquanto sujeitos determinados historicamente pela ideologia, que os indivíduos podem se constituir sujeitos do discurso, os quais tomarão, a partir da dissimulação da formação discursiva, de sua dependência da ideologia, os elementos disponíveis em todo o “já dito”, que se materializarão no interdiscurso, produzindo a sensação do óbvio, “como se todos já soubessem”, condição que torna possível seu assujeitamento e a ação enunciativa.

Tem-se, para que seja possível a constituição dos sujeitos do discurso, a instauração dos esquecimentos. Michel Pêcheux faz referência ao tipo de esquecimento no qual ausenta-se da consciência dos sujeitos o fato de que eles se constituem dentro de uma formação discursiva dada e não outra, o que, como já foi exposto acima, determinará os sentidos atribuídos às palavras. O segundo esquecimento diz respeito ao fato de que ao produzir os discursos, os sujeitos têm a sensação de liberdade, a qual é dissimulada pela formação discursiva que o domina.

Ademais, independente da “consciência” ou não dos sujeitos a respeito daquilo sobre o que se tornam sujeitos do discurso, do lugar que ocupam e das restrições impostas por estas posições sociais e discursivas, permanece o fato de que é impossível para os sujeitos enunciarem fora de formações ideológicas, uma vez que não há interpretação sem já aí estar operando a ideologia, daí o imperativo do assujeitamento possível apenas a partir da “adesão” à formações ideológicas que, por sua vez, prescrevem formações discursivas correspondentes.

4. *Posições de sujeito no discurso da prefeitura de Salvador no face-book*

Feita esta breve explanação sobre a noção de sujeito, partiremos agora para a análise do material selecionado. Trata-se de um *post* publicado na página oficial da Prefeitura de Salvador no Facebook, no dia 15 de abril de 2016, o qual também é parte de corpus selecionado no desenvolvimento de pesquisa científica no mestrado em estudo de linguagens – PPEGL, da Universidade do Estado da Bahia. Nela observa-se uma imagem colorida (a qual não será objeto prioritário da análise) sobre a qual se lê a seguinte sentença:

“Veja na moral! UMA ACARAJÉ (não)→ negação construída imagetivamente com o uso do “X”, seguido de UM ACARAJÉ, do lado direito da linha que separa as duas sentenças, marcando um efeito de oposição.



Nesta sentença, percebe-se que o enunciador, filiando-se a uma formação discursiva que determina que o correto uso da língua corresponde à observação das regras da gramática normativa: “um” acarajé e não “uma” acarajé, realiza uma operação de oposição entre as duas formas de falar. O outro se presentifica no enunciado de forma negativa, na medida em que é evocado para, em seguida, ser negado: “na moral veja... uma acarajé não”.

Na dissimulação (efeito de transparência da língua) da formação discursiva a que se filia, o enunciador se esquece do “lugar” de onde vem

o que é dito, ou seja, discurso da autoridade que estabeleceu a gramática da língua portuguesa, e toma como origem do dizer a si mesmo. A adoção desse discurso “oficial” impõe uma hierarquia sobre a fala cotidiana, coloquial, popular, a qual é colocada em nível inferior, sendo preterida e desencorajada. Em seguida, têm-se a segunda sentença:

“Para você que vai comer aquele acarajé com a galera mais tarde, afinal, hoje é sexta!”

O enunciador se dirige a um “você” que se relaciona a um “eu” do próprio enunciador, ou seja, ele se identifica no discurso, ao se dirigir ao outro, na medida em que supõe que o “outro” é portador dos saberes que, na verdade, são seus, ou seja, supõe, a partir de um jogo de imagens, que o coenunciador é portador de tais e tais informações. O uso da expressão “afinal” funciona de forma metonímica, na medida em que implicitamente diz: “você sabe que sexta feira é dia de comer comida baiana, todo baiano faz isso”, articulando-se, portanto, com o discurso-transverso (PECHEUX, 1995, p. 165), a memória discursiva que é acionada na enunciação e que também é a base de sustentação para o enunciado.

E o último enunciado:

“#FicaADica Além de ser delicioso, o acarajé é um substantivo masculino, afinal, é um “bolinho” feito de feijão fradinho.”

Tem-se novamente a presença da formação discursiva dominante se materializando no discurso do enunciador; gramática normativa: ...é um substantivo masculino... que se articula mais uma vez, a partir de um efeito metonímico, com a ideia de que “todo mundo sabe que substantivos masculinos são precedidos pelo pronome também masculino, ou seja, “um” e não “uma” e reforça citando entre parênteses “bolinho”, numa demonstração de como essa formação discursiva prescreve o que é dito e como é dito.

5. Considerações finais

Os esquecimentos de que fala Michel Pêcheux são fundamentais para que os sujeitos do discurso se constituam. É na dissimulação da condição de que, todo sujeito ao enunciar, se filia a uma formação discursiva dada e, de que, é somente dentro dessa formação discursiva que ele pode se movimentar, que é possível a materialização dos discursos e a produção de sentidos. Conclui-se que a Prefeitura de Salvador ao enunciar um discurso a respeito das formas como são chamadas as iguarias da

culinária baiana – o acarajé – filia-se a uma formação discursiva correspondente à formação ideológica oposta à dos usuários da forma “uma acarajé”, que se liga à linguagem popular, que aparece no interdiscurso de forma negativa, inferiorizada, que constitui o discurso oficial.

Assim, no momento em que o enunciador prefeitura é interpelado pela ideologia, a qual assinala uma hierarquia entre modos de falar a língua portuguesa na sociedade (caracterizada pela pluralidade expressa na fala, por exemplo), dentre as quais *deve* prevalecer uma forma particular de uso, o enunciador se filia à formação discursiva que irá dominá-lo, conduzindo-o a ratificar a superioridade de um modo de uso da língua (regido pela gramática normativa) em detrimento de outro (coloquial), este último não reconhecido pelas classes dominantes e, portanto, sendo corrente nos grupos sociais menos visibilizados ou incluídos nessa sociedade de que falamos.

É interessante observar ainda que a palavra acarajé não marca de forma tão “evidente” o gênero masculino, uma vez que termina com a vogal acentuada “ê”, bem como por ser a inicial da palavra acarajé a letra “a”, fazendo com que o artigo um se ligue, na pronúncia local, à palavra acarajé, gerando “umacarajé”, daí a tendência de “feminilizar” a iguaria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 2011, p. 97-113.

_____. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: UNICAMP, 1995, p. 159-180.

PINTO, Milton José. *Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos*. São Paulo: Hacker, 1999.

SANTAELLA, Lucia. *Linguagens líquidas na era da mobilidade*. São Paulo: Paulus, 2007, p. 285-327.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2002.

VÉRON, Eliseo. *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.